



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº. 197/2021

DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS PARA O CUMPRIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS, REGIDAS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 4.320/54 E Nº 8.666/93, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso III, do Art. 88 da Lei Orgânica do Município – LOM;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar internamente o processo de liquidação de despesas e de pagamento das obrigações, com vistas a garantir o tratamento isonômico aos credores, a transparência pública e o fomento ao controle social;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, no artigo 9º da Lei Federal nº 10.520/2002 e nos artigos 37, 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDO os princípios legais dispostos no caput do art. 37 da Constituição Federal;

D E C R E T A:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 1º. Este Decreto estabelece critérios para a adequada observância da ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras às Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 4.320/1964.

Art. 2º. Todas as unidades gestoras integrantes do Poder Executivo incumbidas de gerir obrigações de natureza contratual e onerosa deverão implementar procedimentos com vistas à observância das exigências legais para a liquidação de despesas e da ordem cronológica de pagamento nos termos deste Decreto.

Parágrafo único. Entende-se por obrigação de natureza contratual e onerosa toda e qualquer obrigação assumida pelas unidades gestoras junto a fornecedores de bens e serviços.

CAPÍTULO II

DA LIQUIDAÇÃO, REGISTRO E PAGAMENTO DAS DESPESAS

Art. 3º. O pagamento de despesas orçamentárias deverá respeitar os prazos previstos neste Decreto e a ordem cronológica das exigibilidades, considerando-se, sempre, cada fonte diferenciada de recursos.

Art. 4º. A ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras terá início na data do registro contábil da liquidação.

CAPÍTULO III

DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º. Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, a ordem cronológica de pagamento se dará na seguinte sequência:

I – por unidade gestora;

II – por fonte de recursos;

III – por data do registro contábil na liquidação da despesa em sistema informatizado, de acordo com o artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 6º. É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade, exceto quando comprovado prejuízo ao interesse público, em situações extraordinárias, tais como as arroladas a seguir, exemplificativamente:

I – para evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços ou atividades essenciais do Município ou para restaurá-los;

II – para dar cumprimento à ordem judicial ou do TCE/ES; e

III – para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave na liquidação da despesa, que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação de pagar.

Art. 7º. O pagamento realizado nos termos do art. 6º deste Decreto, será precedido da publicação no Diário Oficial dos Municípios, devendo conter as relevantes razões de interesse público e a justificativa prévia elaborada pela autoridade competente, ou seja, pelo ordenador de despesa.

**CAPÍTULO IV
DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

Art. 8º. Os procedimentos a serem adotados devem garantir o acesso e a qualquer tempo à lista das exigibilidades das obrigações financeiras, a qual conterá, no mínimo:

I – identificação da fonte de recurso;

II – número e data do registro contábil da liquidação em sistema informatizado;

III – nome e CPF/CNPJ do credor;

IV – valor;

V – informação acerca de eventual inobservância da ordem cronológica, nos termos do artigo 6º.

Art. 9º. Fica assegurada, nos termos do art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

informações sobre a ordem cronológica de pagamentos, acerca da execução orçamentária e financeira do Município, em meios eletrônicos de acesso público.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 10. Não se sujeitarão as normas deste Decreto os pagamentos decorrentes de:

- I – suprimimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da lei nº 4.320/1964;
- II – remuneração e outras verbas devidas a agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatória;
- III – obrigações tributárias, patronais e previdenciárias;
- IV – concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel e correios;
- V – sentenças e decisões judiciais ou notificação do órgão de controle externo – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- VI – auxílios e subvenções sociais referente aos convênios em que o Município é conveniente;
- VII – folha de pagamento dos servidores, seus encargos, consignações e bolsa estágio;
- VIII – pagamento de dívida fundada;
- IX – despesas provenientes de créditos extraordinários e extra-orçamentários;
- X – auxílio transporte e auxílio alimentação;
- XI – transferências que se fundamentam no artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000;
- XII – demais despesas que não estejam regidas pela Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 11. Ficam suspensos da ordem cronológica estabelecida neste Decreto, por 180 (cento e oitenta) dias, os pagamentos das obrigações contraídas pela Administração Municipal junto a fornecedores e prestadores de serviço, inscritas em restos a pagar, até 31/12/2019, para verificação detalhada das receitas e despesas do Município, a fim de corrigir riscos e desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 12. Os titulares integrantes da Estrutura Organizacional do Município se obrigam a cumprir e a zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 13. A não observância das condições e procedimentos estabelecimentos neste Decreto constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederem indevidamente à imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Guarapari (ES), 10 de fevereiro de 2021.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal